



EM 2009 as equipas de Direito Laboral estão a trabalhar mais

Equipas de Laboral são as que mais têm trabalhado

Tatiana Canas

tcanas@economicasgps.com

Fechado o primeiro trimestre de 2009, as equipas de Laboral dos grandes escritórios de advogados são as que registam taxas mais elevadas de ocupação.

“Este período foi marcado pela reacção das empresas ao clima de crise”, diz João Paulo Teixeira de Matos, sócio-director da Garrigues Portugal.

“A necessidade de ajustar a força de trabalho ao decréscimo e à irregularidade das necessidades de produção foi feita, nuns casos mantendo os postos de trabalho. Noutros, flexibilizando”, explica o advogado responsável pela área de Laboral do escritório.

Dos processos laborais em que a Garrigues participou, João Paulo Teixeira de Matos destaca “a colaboração estreita entre empregadores e trabalhadores na busca de soluções que evitassem o despedimento”.

Luís Miguel Monteiro, sócio de Direito do Trabalho da “Morais Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva & Associados” (MLGTS), desta-

ca dois factores fundamentais que marcaram o último trimestre: as reestruturações empresariais, que reduziram postos de trabalho, e a expectativa gerada perante a nova lei laboral e soluções em matéria de Segurança Social.

“Admito que a progressiva consolidação das soluções legais, acompanhada da subsistência, se não agravamento, da crise económica acentue o ritmo dos processos de despedimento”, diz o advogado.

Desta conjuntura, Luís Miguel Monteiro tira a conclusão necessária. “A consequente pressão sobre as soluções públicas de protecção dos trabalhadores vai incidir, sobretudo, no subsídio de desemprego e reformas antecipadas”.

Na multinacional espanhola “Uría Menéndez” (UM), Filipe Fraústo, sócio do departamento de Laboral, diz que este foi, sobretudo, um processo de “consolidação” dos casos que o escritório já estava a trabalhar em 2008.

“Outra percepção que temos, é a de empresas internacionais a reduzirem os



Fraústo da Silva
Sócio da Uría

“A sensação que tenho é a de que a tendência de mais trabalho no sector se vai manter ou crescer mais ainda”.

seus investimentos em países mais periféricos”, acrescenta Filipe Fraústo e Silva.

O advogado da UM salienta ainda a procura crescente de “mecanismos alternativos ao despedimento colectivo”, apesar do “desencantamento” da nova lei laboral face à crise.

Críticas tem também Tiago Cortes, sócio de Laboral da PLMJ. “Estando o Governo tão preocupado em implementar medidas para fazer face à onda de desemprego decorrente da crise, faria todo o sentido que suspendesse a restrição na lei do subsídio de desemprego”, diz o advogado, referindo-se à existência de quotas relativamente ao acesso ao subsídio de desemprego, por parte de trabalhadores que rescindam os contratos.

“Temos esta lei há dois anos, mas só agora as empresas começam a sentir as quotas reduzidas e em muitos casos extintas”, conclui Tiago Cortes, realçando a urgência desta medida ser extinta, “para mais em tempos de crise”. ■